

AS FACES DA INDISCIPLINA NA ESCOLA: RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO COMO DEMANDA PARA A PSICOLOGIA

Profa. Msc. Algeless Milka Pereira Meireles da Silva - Professora Assistente II da UFPI

Hérica Rodrigues de Sousa - Graduanda do curso de Psicologia da UFPI

Nádia Caroline Barbosa Silva - Graduanda do curso de Psicologia da UFPI

RESUMO

INTRODUÇÃO - O presente trabalho tem por objetivo caracterizar a indisciplina enquanto queixa escolar apresentada por professores em uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Parnaíba-PI. Partindo de um referencial construtivista e sócio-histórico, o psicólogo escolar/educacional utiliza instrumentos científicos para coletar e interpretar dados acerca da realidade da escola, a fim de elaborar diagnóstico institucional e construir estratégias de intervenção frente às demandas levantadas. **METODOLOGIA** – Foram conduzidas entrevistas semi-dirigidas junto aos professores das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física, sendo realizadas observações sistemáticas em situação natural durante as aulas, empregando-se a técnica do registro contínuo. A pesquisa integra atividades de estágio em Psicologia desenvolvidas na instituição, servindo de base para elaboração de ações interventivas junto à comunidade escolar. **RESULTADOS E DISCUSSÃO** – A partir das entrevistas, a indisciplina na escola pode ser caracterizada pela expressão de comportamentos de desobediência a regras, principalmente em relação ao cumprimento das atividades curriculares, tais como: conversar, gritar, manusear aparelho celular, atirar bolas de papel e envolver-se em outra atividade que não a que está sendo solicitada pelo professor. Tais informações são corroboradas pelos registros observacionais, através dos quais é possível contextualizar os problemas com a indisciplina no âmbito da relação professor-aluno, havendo situações em que as mesmas são demarcadas por autoritarismo, agressividade, distanciamento emocional, e, ao mesmo tempo, momentos em que ocorrem interação de caráter afetivo, acolhida às demandas individuais e mediação de conflitos.

Palavras-Chave: Indisciplina; Relação Professor-Aluno; Psicologia Educacional/Escolar.

INTRODUÇÃO

A escola constitui um dos principais locais de convívio social, ressalta-se, portanto, sua importância enquanto contexto sociocultural no qual se dá o desenvolvimento dos alunos. Tal contexto é demarcado pela percepção e interpretação dos educadores acerca das dificuldades vivenciadas em seu cotidiano, assim como suas concepções a respeito dos processos de desenvolvimento e ensino-aprendizagem. Nesse aspecto, destacam-se as contribuições da Psicologia em relação à compreensão das queixas escolares e,

principalmente, na proposição de ações interventivas capazes de lidar com as mesmas, promovendo o sucesso escolar e o desenvolvimento integral (CORREIA, 2004).

A Psicologia tem se desenvolvido em meio às demandas sociais, sendo, desde o princípio, convidada a oferecer respostas aos problemas educacionais. Segundo PFROMM NETO (2001), a Psicologia Escolar/Educacional tem suas origens em berços norte-americanos e europeus, tendo seu crescimento relacionado ao processo de industrialização desses países, juntamente com as condições sócio-demográficas e de ensino público que se ampliavam cada vez mais no século XX. Os novos arranjos familiares também ajudaram a configurar contextos específicos para o desenvolvimento infantil, fomentando o interesse científico pela infância. Para Pfromm Neto (2001), os problemas ligados ao desenvolvimento das crianças passaram a serem vistos sob novas óticas. Neste *continuum*, a Psicologia Escolar/Educacional também foi fortemente influenciada pela Psicologia Clínica e pelos testes de inteligência de Binet. Compete a ela compreender os problemas e as dificuldades existentes no meio escolar (incluindo nisso os que influenciam direta e indiretamente o processo de ensino-aprendizagem), e suas possíveis causas, sendo eficaz ao propor e implementar soluções.

Dessa forma, uma das principais metas do psicólogo educacional/escolar constitui a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento integral, vislumbrando o alcance saudável dos objetivos educacionais, os quais, em suma, voltam-se para o sucesso escolar. Para tanto, o olhar teórico deve ser amplo no sentido de compreender os múltiplos fatores que configuram o processo de escolarização, percebendo os indivíduos envolvidos, tanto alunos, como família e educadores, em suas dimensões biopsicossociais. Acredita-se que articular a tríade escola-comunidade-família constitui boa estratégia para melhorar os processos de ensino-aprendizagem.

Ao se refletir sobre a escola, logo se pensa em alunos, professores e diretores, na constituição de uma respectiva hierarquia, num lugar onde crianças e adolescentes se desenvolvem e estudam disciplinas específicas, voltadas especialmente para o intuito de que estes obtenham um lugar bem reconhecido no mercado de trabalho. Para tanto, desde cedo se espera um “bom comportamento” e um ótimo rendimento escolar destes alunos. Aqueles que não seguem esses princípios são comumente denominados “alunos-problemas”, sendo, frequentemente, encaminhados a psicólogos ou outros profissionais, para que estes solucionem os problemas apresentados por esses alunos, cuja origem supostamente é de caráter individual.

No manuseio das queixas escolares, é fundamental que a visão clínica seja superada, resignificando-se a idéia de que o principal foco do psicólogo na escola é diagnosticar e tratar alunos considerados “problemáticos” ou indisciplinados. Vale ressaltar que o desdobramento prático dessa asserção inicia-se por repensar concepções sócio-historicamente construídas acerca do termo indisciplina, uma vez que sob a categoria “aluno indisciplinado” acabam sendo incluídos todos aqueles que por algum motivo não se adequam ao sistema educativo.

Para Parrat-Dayan (2008), um dos problemas mais freqüentes que afetam a prática educativa é a indisciplina, caracterizada pelo desrespeito aos professores e colegas, falta de cooperação e limites ou qualquer outra atividade que impede o professor de proporcionar uma aula de qualidade. Motivo de grande preocupação e descontrole entre os professores, que os leva a empregar, muitas vezes, medidas coercitivas para conter os alunos, entre elas estão gritar, bater na mesa ou no quadro e em alguns casos até xingar.

Ao contrário do que é visto na realidade, Parrat-Dayan (2008, p. 64) afirma que “é mais eficaz se aproximar calmamente de um aluno e pedir que retome seu trabalho que chamar a sua atenção em voz alta na frente de todos”. Posturas contrárias poderiam gerar sentimentos negativos como constrangimento, por exemplo, e dificultar a relação-professor aluno, que é de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Aquino (1996), a relação professor-aluno é um fator preponderante no processo de enfrentamento da indisciplina ou qualquer outra demanda escolar. A afetividade é inerente ao processo de ensino-aprendizagem, pois à medida que ocorrem as trocas interacionais em sala de aula, tanto sentimentos negativos quanto positivos vão emergindo, tais como medo, aversão, empatia, confiança, etc. De acordo com Miranda (2008), uma das formas de facilitar o procedimento de aprendizagem é estimular o prazer dos alunos pela mesma, o que se torna possível diante da criação de um ambiente favorável às relações de respeito, cumplicidade, nas quais possam emergir sentimentos e emoções favoráveis à experiência de escolarização.

Autores clássicos da psicologia, ao proporem diferentes teorias explicativas acerca dos processos de desenvolvimento, têm pontuado a interação social e a afetividade como condições *sine qua non* para o processo de construção do conhecimento, tais como Piaget (1976), Vygotsky (1994) e Walon (1975). Nesse sentido, as relações sociais estabelecidas na escola não apenas entre professores e alunos, mas entre os vários atores que constituem a comunidade escolar, interações sociais e afetividade constituem importantes fatores para

o processo de aquisição de novos conhecimentos, destacando o papel do professor e as relações entre pares.

Outro ponto que deve ser considerado é que professor nem sempre reconhece sua influência no processo de estabelecimento da indisciplina na sala de aula, culpabilizando a família ou explicando suas causas a partir de idiosincrasias do alunado, como características de personalidade, reações naturais à fase de desenvolvimento, etc. Torna-se, portanto, fundamental, que o educador perceba o papel da escola enquanto instituição socializadora, a qual necessita ir além de sua função epistêmica, tal como salienta Aquino (1998).

Nesse aspecto, família e escola são fundamentais para o estabelecimento de relações emocionalmente equilibradas que possam auxiliar na construção conjunta de regras que favoreçam a disciplina, seja na escola, seja na vida pessoal. Ao mencionar a necessidade da construção conjunta de regras como estratégia para promover o envolvimento dos alunos e evitar a indisciplina, vale ressaltar a importância de compreender a maneira como os alunos internalizam e lidam com as regras em geral.

Na Psicologia, contribuições importantes têm sido oferecidas por PIAGET (1994), KOHLBERG (1971); BLATT (1975) acerca da compreensão do desenvolvimento moral, sendo que, no Brasil, autores contemporâneos como CAMINO; CAMINO; MORAES (2003), SAMPAIO; CAMINO; ROAZZI (2007; 2010) e BIAGGIO (1997) têm pesquisado a temática na atualidade.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado em uma escola da rede pública estadual da cidade de Parnaíba-PI, sendo os dados coletados junto aos professores de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física e 35 alunos do 7º ano do Ensino Fundamental. A escolha das três referidas áreas deu-se em função de que a Matemática e a Língua Portuguesa são consideradas pelo imaginário popular como disciplinas difíceis ou desinteressantes, em função dos conteúdos curriculares nem sempre serem articulados com o cotidiano dos alunos. O interesse pela Educação Física segue o caminho inverso, uma vez que no âmbito das atividades desenvolvidas na escola, a mesma tende a encontrar lugar privilegiado na preferência da maioria dos alunos.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados consistiram em entrevistas semi-dirigidas conduzidas com os professores e observações sistemáticas em situação natural realizadas em sala de aula, em cujas sessões se fizeram presentes 35 alunos matriculados no 7º ano do Ensino Fundamental.

A pesquisa fora realizada como parte integrante de atividades de estágio na escola, cujos dados serviram de base para a elaboração de um projeto de intervenção a ser posteriormente conduzido com professores e alunos. Os professores foram contatados para obter consentimento acerca de sua participação na pesquisa, informando-os acerca de que a mesma consistiria na concessão de uma entrevista e permissão para realização de sessões de observação sistemática durante suas aulas.

No total, foi possível a realização de cinco sessões de observação, cada uma com duração de 50 minutos: uma aula de Língua Portuguesa, duas de Educação Física (uma aula prática na quadra e uma aula teórica na sala) e duas aulas de matemática. Os registros observacionais foram feitos empregando-se a técnica de registro contínuo, que consiste em registrar comportamentos e situações ocorridas em um determinado recorte temporal ininterruptamente, sendo utilizado protocolo de observação, conforme proposto por Danna & Matos (1982).

Os dados provenientes das entrevistas com os professores foram compreendidos a partir da análise de conteúdo segundo Bardin (1997), sendo agrupados em torno de temáticas consideradas relevantes acerca da indisciplina na escola. Os dados provenientes das observações sistemáticas foram organizados em categorias no intuito de ilustrar aspectos da dinâmica de sala de aula que contextualizam as relações sociais e as situações de indisciplina, tal como apontada no discurso do professor.

RESULTADOS

Serão apresentados, primeiramente, os dados referentes às entrevistas conduzidas com os professores, em seguida, informações adquiridas a partir das observações sistemáticas realizadas em situação natural de aula durante atividades curriculares das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Educação Física.

Entrevistas com educadores

A partir das entrevistas conduzidas junto aos professores de Matemática, Língua Portuguesa e Educação Física, foi possível levantar dados importantes a respeito de como

a turma do 7º ano do Ensino Fundamental vivencia o problema da indisciplina na sala de aula. Para sistematizar a análise dos dados, as informações foram agrupadas em torno de categorias temáticas, as quais são descritas abaixo, tendo em vista os objetivos do presente trabalho e a relevância das falas dos educadores. Ressalta-se que não constitui foco levantar a incidência de categorias a partir das falas dos professores, mas buscar compreender os elementos que os mesmos citam em referência às situações de indisciplina vivenciadas na escola. Acrescenta-se que tal pesquisa fora realizada durante o cumprimento de atividades de estágio em Psicologia, servindo de base para ações interventivas junto a professores e alunos em momento posterior.

Comportamentos ou situações de indisciplina

No geral, os professores relataram os seguintes comportamentos ou situações como expressão de indisciplina na escola: desinteresse nas atividades curriculares, não cumprimento de tarefas a serem realizadas em casa, manuseio de aparelhos celulares durante as aulas, conversas com colegas sobre assuntos não pertinentes ao conteúdo das aulas, levantar-se frequentemente da carteira, entrar e sair repetidamente do ambiente supostamente para ir ao banheiro ou ao bebedouro.

Relação entre indisciplina e desempenho escolar dos alunos

Dentre os docentes, foi unânime considerar o 7º ano como “melhor turma” da escola, tanto em termos de desempenho escolar expresso através de notas como também em relação à participação ativa dos discentes nas atividades desenvolvidas em sala de aula. Em contrapartida, os professores se queixam de que os alunos são indisciplinados.

De acordo com uma das docentes entrevistadas, os alunos, apesar de mostrarem os melhores desempenhos em comparação a outras turmas, ainda apresentam muitos problemas em relação à leitura e à escrita.

Recursos didático-pedagógicos disponíveis na escola

Os professores de Matemática e Língua Portuguesa ressaltaram que a equipe pedagógica da instituição se esforça para promover meios para diversificar as aulas, promovendo passeios e desenvolvendo projetos. No entanto, expõe sua dificuldade diante

do projeto de Língua Inglesa, cujo funcionamento implica na suspensão de suas aulas para que os alunos se dediquem exclusivamente às atividades do referido projeto. Para os professores, isso atrasa o conteúdo e dificulta a retomada das atividades, gerando situações de indisciplina entre os alunos. Acrescenta-se que o projeto de Inglês é realizado em parceria com outra instituição, no qual professores especializados na Língua Inglesa são disponibilizados para ministrar aulas na escola durante um único mês, em substituição às aulas de todo o ano letivo.

A professora de Educação Física expôs suas dificuldades em conseguir a disciplina de seus alunos durante as aulas, alegando basicamente duas situações: preconceito dos discentes em relação a um dos alunos matriculados que possui diagnóstico de autismo e problemas propiciados pela estrutura física da escola e falta de materiais de trabalho. De acordo com a docente, em muitas atividades realizadas, torna-se difícil a inclusão do referido aluno, sobretudo, quando se trata de jogos de disputa. Alegando o direito a iguais condições de competir, o aluno supracitado acaba sendo excluído pelos grupos, sendo aceito de maneira arbitrária a partir da imposição do professor. A professora relata problemas de dicção e coordenação motora, embora leves, o que pode propiciar tal preconceito.

Quanto à estrutura física e recursos didático-pedagógicos disponíveis na escola, a professora de Educação Física, explicita que há escasso material e precariedade das instalações físicas onde as aulas práticas acontecem. Os materiais para realização das aulas, como bolas de *handball*, muitas vezes, são providenciados por ela. O fardamento com que os alunos praticam as atividades não é considerado adequado, caracterizando por calça comprida, a maioria *jeans*, chinelos de dedo ou mesmo com os pés descalços. A quadra descoberta restringe os horários para realização de atividades, os alambrados do assoalho estão quebrados, o que oferece riscos de pequenos acidentes, o sol forte incomoda mesmo as aulas sendo realizadas em horários apropriados, podendo comprometer a saúde e o rendimento dos alunos. Praticar educação física nessas condições acaba prejudicando o desempenho dos alunos, inclusive, nas aulas subsequentes, uma vez que o calor, suor e agitação acabam se traduzindo em fatores que podem desencadear a dispersão, barulho e falta de concentração, gerando, portanto, situações de indisciplina.

Observações Sistemáticas

Os dados provenientes das observações sistemáticas foram agrupados nas seguintes categorias de análise: comportamentos ou situações de descumprimento de regras; atividade realizada em sala de aula e aspectos da relação professor-aluno em sala de aula.

Comportamentos ou situações de descumprimento de regras

De forma geral, puderam-se observar comportamentos como: conversar na hora da aula; não copiar o que está sendo solicitado; não executar as tarefas em sala de aula; jogar bolinha de papel; manusear aparelho de celular; desatenção ao que está sendo proposto pelo professor; entrar e sair repetidamente da sala, conversar sobre temáticas alheias ao conteúdo ministrado no momento; fazer barulho batendo em carteiras ou usando outros objetos.

Atividade proposta em sala de aula e desempenho dos alunos

As observações nas aulas de Educação Física foram realizadas durante o desenvolvimento das seguintes atividades: jogo de *handball*, em que as meninas competem entre si e, posteriormente, contra os meninos, e aula teórica, na qual a professora escreve no quadro um exercício e os alunos copiam, passando a responder em grupos.

É válido fazer referência ao aluno que possui diagnóstico de autismo, uma vez que foram observadas condutas como: interagir com os colegas na hora do recreio, engajando-se em atividade conjunta; cumprimentar as pessoas; fazer perguntas à professora, inserir-se em atividades da aula de Educação Física na quadra, além de ser verificado bom rendimento escolar expresso através de notas. Na aula prática de Educação Física, foram registradas situações em que a professora o insere no time na função de goleiro e, em seguida, outro colega pede para substituí-lo. A professora passa atendê-lo individualmente, passando-lhe instruções técnicas acerca do jogo.

Na aula de Língua Portuguesa, a atividade proposta pela professora consistia na resolução de exercícios, sendo antecedida pela chamada dos alunos para registro de faltas no diário e comunicação das notas da avaliação mensal. Verificou-se que as notas, no geral, são muito boas e, apesar do barulho, os alunos participam respondendo perguntas e realizando atividade.

Em relação à Matemática, o professor ministra aula expositiva iniciando um novo conteúdo, solicitando que respondam exercícios, os alunos seguem fazendo barulho,

alguns jogando bolinha de papel uns nos outros, porém a maioria tenta resolver a atividade.

Com o objetivo de inovar as aulas e utilizar recursos mais abrangentes e modernos, sugere-se o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), o que poderia tornar as aulas mais dinâmicas proveitosas, tendo em vista a ampla aceitação de aparelhos tecnológicos pelos adolescentes e jovens, o que, conforme Castells (1999) os tornam uma valiosa ferramenta a ser utilizada na educação. A utilização de celulares, das redes sociais e de computadores para abordar, por exemplo, temas atuais relacionados a questões sociais a partir dos quais poderiam ser propostas atividades interdisciplinares envolvendo o meio intra e extra-classe. Para isso, a escola dispõe da sala de informática e outros recursos como *data-show* que poderiam ser utilizados para a exibição de filmes ou exposição de temas relacionados aos conteúdos escolares.

Aspectos da relação professor-aluno

Durante as atividades da disciplina de Educação Física, foram verificadas situações em que: a professora atende a demandas individuais, dirimindo dúvida e mediando conflitos, chama os alunos pelos seus respectivos nomes, solicita mudança de comportamento, usa diretivos na proposição de tarefas e emprega termos de conotação afetuosa ao dirigir-se ou responder a solicitações dos alunos, tais como “amor”, “diga, meu filho”.

As relações professor-aluno nas aulas de Língua Portuguesa são demarcadas por situações em que a professora: elogia alunos pelo desempenho em avaliações; irrita-se e grita, solicitando mudança de comportamento; inicia interação, porém a mesma não é efetivada pelos alunos; passa instrução aos alunos, atende demandas individuais e grupais, dirimindo dúvida; repreende alunos usando expressões como “deixa de ser sonso”, “você pode ficar reprovado” e “vou contar à sua mãe”.

Na aula de matemática, são verificadas as seguintes situações em que o professor: repreende alunos; explica conteúdos; dá instruções sobre a resolução de exercícios; bate no quadro de acrílico, em resposta ao barulho excessivo; avisa que vai “colocar alunos para fora da sala de aula se continuarem daquele jeito”; solicita que alunos saiam da sala de aula, o que é questionado pelo aluno, porém prontamente atendido; inicia interação com alunos, porém a mesma não efetivada.

De acordo com Vasconcellos Valsiner (1995), relações sociais que evidenciam a postura autoritária e coercitiva da escola na tentativa de propiciar o “ajustamento social” dos indivíduos encontram apoio no âmbito das propostas didático-pedagógicas e raízes fincadas em concepções tradicionalistas acerca do processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indisciplina representa um problema que tem se destacado em pesquisas realizadas acerca das principais queixas educacionais em escolas da rede pública de ensino de Parnaíba-PI e regiões circunvizinhas, sendo que, dentre as causas que lhes são atribuídas pelos educadores, sobressai-se a família, ressaltando a ausência dos pais e a despreocupação com a imposição de limites, configurando a famosa expressão “falta de educação doméstica” (SILVA et al, 2011).

O manuseio da indisciplina, assim como das demais queixas escolares, deve passar pela compreensão multifatorial acerca dos vários elementos contextuais que ajudam a determiná-la. Dessa forma, a psicologia Educacional/Escolar tem contribuído tanto com o debate teórico quanto com a proposição de ações interventivas junto aos vários segmentos. Com educadores, tem-se mostrado útil a discussão de concepções acerca da indisciplina e do papel do professor diante da construção de normas e limites ao comportamento, muitas vezes, impulsivo, de crianças e jovens em processo de escolarização. Com discentes, a prática do *role taking*, baseado na perspectiva kohlbergiana de propiciar debates acerca de dilemas éticos, tem se mostrado eficaz para promover o desenvolvimento moral e, com isso, melhorar e/ou resignificar a maneira como os alunos lidam com regras (BLATT; KOHLBERG, 1975). Do ponto de vista das relações interpessoais, para Del Prette & Del Prette (2003), o treinamento em habilidades sociais com escolares tem constituído importante forma de lidar com a indisciplina e comportamentos agressivos, inclusive prevenindo comportamentos de violência na escola. Portanto, alternativas como essas juntamente com a parceria escola-família e a utilização das TIC's facilitam o processo de ensino-aprendizagem, vindo a torná-lo mais prazeroso e eficiente e conseqüentemente diminuindo os níveis de indisciplina.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1996.

AQUINO, J. R. A indisciplina e a escola atual. **Rev. Fac. Educ.** v.24 n.2, São Paulo jul./dez. 1998.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BLATT, M.; KOHLBERG, L. (1975). The effects of classroom moral discussion upon children's level of moral judgment. **Journal of Moral Education**, 4, 129-161.

CAMINO, C.; CAMINO, L; MORAES, R. Moralidade e socialização: estudos empíricos sobre práticas maternas de controle social e o julgamento moral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2003, 16(1), pp. 41-61.

CASTELLS, M. La era de la información. Economía, sociedad y cultura. La sociedad red, Vol I. Madrid: Alianza, 1999.

CORREIA, M. F. B. Psicologia e escola: uma parceria necessária. Campinas: Alínea, 2004.

DANNA, F. M, MATOS, M. A. Ensinando observação: uma introdução. São Paulo: EDICON, 1982.

DEL PRETTE, Z.; DEL PRETTE, A. Aprendizagem socioemocional na infância e prevenção da violência: questões conceituais e metodologia da intervenção. In: Z. A. Del Prette e cols. Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção. Campinas: Alínea, 2003.

Kohlberg. L. (1971). Stages of Moral Development. Disponível em: <<http://info.psu.edu.sa/psu/maths/Stages%20of%20Moral%20Development%20According%20to%20Kohlberg.pdf>> Acesso em: 10 maio 2012.

MIRANDA, Elis D. S. A Influência da Relação Professor-Aluno para o Processo de Ensino-Aprendizagem no Contexto Afetividade. Vitória, 2008.

PARRAT-DAYAN, Silvia. Como enfrentar a indisciplina na escola. São Paulo: Contexto, 2008.

PIAGET, J. O juízo moral na criança. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, Jean. A construção do real na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PROFMM NETTO, Samuel. As Origens e o Desenvolvimento da Psicologia Escolar. In: WECHSLER, Solange M. (org.). Psicologia Escolar – Pesquisa, Formação e Prática. 2a. Ed. Campinas, SP: Alínea, 2001, p. 21.

SAMPAIO, L. R.; CAMINO, C. P. dos S.; ROAZZI, A. Justiça Distributiva em Crianças de 5 a 10 Anos de Idade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 20 (2), 197-204, 2007.

SAMPAIO, L. R.; CAMINO, C. P. DOS S.; ROAZZI, A. Produtividade, necessidade e afetividade: justiça distributiva e empatia em jovens brasileiros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 161-170, jan./mar. 2010.

SILVA, A. M. P. M., FERREIRA, R. S.; LUZ, P. C. M., CAVALCANTE, E., PONTES, L. M., MELO, A. C. V. Dificuldades vivenciadas no cotidiano da escola pública em Parnaíba: um estudo com educadores. In: 16 Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2011, Recife, Textos completos do XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Disponível em: <http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3594> Acesso em 10 de maio 2012.

VASCONCELOS, V.; VALSINER, J. (1995). Perspectivas co-constitutivista na psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas.

VYGOTSKY, Lev. S. A formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WALLON, Henri. Psicologia e Educação da Infância. Lisboa: Editorial Estampa, 1975